



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/09/2025 a 30/09/2025

Assunto: "PEC DA SEGURANÇA" OR "PEC N. 18, DE 2025"

Documento 1/11

173.2025	Sessão Ordinária - CD	02/09/2025-19:12
Publ.: DCD - 03/09/2025 - 162	Erika Kokay-PT -DF	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada afirmou que o Projeto de Lei nº 3.073, de 2025, que endurece as penas para receptação partiu do Poder Executivo e integrou um conjunto de ações do Governo Lula para reduzir roubos de celulares. Rebateu relatos de que a proposta teria outra origem e registrou que o Executivo encaminhou aumento de pena e tipificações específicas. Citou também o programa Celular Seguro e a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, PEC da Segurança, como iniciativas do Governo. Defendeu que o Planalto enfrentou o crime organizado, inclusive com ramificações no mercado financeiro da Faria Lima, e declarou que não apoiou a impunidade. Por fim, criticou setores que buscaram anistiar criminosos e golpistas.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, este é um projeto do Poder Executivo, um projeto do Governo Lula, que se alia a outras iniciativas para que nós tenhamos a mitigação do roubo de celulares. Portanto, não me venham aqui tentar impor o que não corresponde à verdade, porque isso de mentir, mentir e mentir se esgota com muita facilidade.

O Governo Lula encaminha um projeto para assegurar que nós tenhamos o aumento de pena e tipificação em determinadas condições de roubo de celulares. Aliás, o Governo fez o Celular Seguro. Esse programa é coisa do Governo Lula. A PEC da Segurança é coisa do Governo Lula. Enfrentar o crime organizado, que tem seus tentáculos na Faria Lima, é coisa do Governo Lula. O Governo Lula enfrenta o crime e não defende a impunidade, como esses que querem anistiar criminosos e golpistas.

Documento 2/11

186.2025	Sessão Ordinária - CD	16/09/2025-14:28
Publ.: DCD - 17/09/2025 - Alberto Fraga-PL -DF		



Sumário

O Deputado manifestou indignação com o avanço do crime organizado no País, afirmando que o Governo Federal não tem tomado medidas efetivas de combate. Citou o crescimento do número de facções criminosas, de duas para oitenta e oito, e criticou a ausência de dispositivos voltados ao combate ao crime organizado na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança Pública (PEC nº 18, de 2025). Além disso, comentou que o ex-Delegado da Polícia Civil que foi assassinado foi o pioneiro na defesa do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), em presídios federais, para líderes de facções criminosas. Ademais, criticou o cancelamento, pelo Estado, da segurança pessoal do Promotor Lincoln Gakiya, que está prestes a se aposentar, e que, por sofrer ameaças de morte, possui segurança pessoal há mais de 8 anos. Ainda, defendeu a votação urgente de um pacote legislativo sobre segurança pública, incluindo a atualização da Lei de Execuções Penais e a aprovação do novo Código de Processo Penal. Por fim, criticou a pouca importância conferida às mortes de policiais e alertou que o Estado precisa agir antes que o crime organizado avance ainda mais.

O SR. ALBERTO FRAGA (Bloco/PL - DF. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Eu acho que o País está de cócoras para o crime organizado. A gente vem denunciando aqui constantemente que o Governo Federal não adota uma medida sequer para combater o crime organizado.

Eu sou do tempo em que só existiam duas facções criminosas: o PCC e o Comando Vermelho. Hoje, são 88 facções criminosas — 88 facções criminosas!

Hoje, na Comissão Especial de Segurança Pública, esteve presente o Ministro da Justiça, e eu cobreí dele: diga-me um artigo dessa PEC, dessa emenda à Constituição, que tenha algo para combater o crime organizado! Não há absolutamente nada.

A respeito desse assassinato brutal do ex-delegado que foi diretor-geral da Polícia Civil, é bom que se saiba que ele foi o pioneiro, o primeiro a pedir ao Poder Judiciário que os líderes de facções fossem para o Regime Disciplinar Diferenciado — RDD, em que o preso cumpre a sua pena nos presídios federais.

Nos presídios federais não há visita íntima, não há contato físico, o advogado tem que falar com o preso através de um vidro, e há um isolamento satisfatório. Por isso, os presos não querem ir para lá. Aí eu digo: falta coragem ao Poder



Judiciário para determinar a aplicação do RDD, que depende de um juiz. Esse delegado foi assassinado exatamente porque teve a coragem de pedir aos juízes que aplicassem o RDD aos líderes de facções criminosas.

É lamentável ter que dizer que o Promotor Lincoln Gakiya, excelente profissional na área de segurança, também está jurado de morte. Agora, acabei de ler que ele tem segurança pessoal. Aliás, ele já anda acompanhado de segurança há mais de 8 anos. Vejam que vida leva esse Promotor de Justiça, o Lincoln! Ele está prestes a se aposentar, e estão dizendo agora que vão retirar sua segurança pessoal, ou seja, o Estado está dizendo claramente que vai permitir o assassinato do Lincoln Gakiya.

Olhe, eu acho que está mais do que na hora de esta Casa se concentrar, aproveitando a sensibilidade do nosso Presidente Hugo Motta, para que a gente vote matérias de segurança pública, para que a gente faça um pacote. A Lei de Execuções Penais precisa ser atualizada. Temos que votar o novo Código de Processo Penal. Não podemos mais ficar legislando por espasmos: acontece um assassinato brutal, pede-se um minuto de silêncio. Isso não adianta nada; amanhã, o crime organizado vai continuar matando. Agora, quando começarem a matar Ministros, talvez a coisa mude, porque matar policial no Brasil virou balela. Ninguém dá valor à vida do policial.

Então, a partir do momento em que o crime organizado começar a dar ordens para matar juízes, promotores, Ministros, talvez esta Casa crie coragem para votar a matéria que deve ser votada.

Presidente, peço que minha fala conste do programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 3/11

186.2025	Sessão Ordinária - CD	16/09/2025-15:04
Publ.: DCD - 17/09/2025 - 75	Aluisio Mendes-REPUBLICANOS -MA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado registrou o início dos trabalhos da Comissão que analisa a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, conhecida como PEC da Segurança Pública, na qual assumiu a presidência. Ressaltou que, independentemente de posições ideológicas ou partidárias, a Comissão deve entregar soluções que respondam à demanda por mais segurança em um dos países com maiores índices de violência no mundo.



O SR. ALUISIO MENDES (Bloco/REPUBLICANOS - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Charles Fernandes.

Registro o início, hoje, dos trabalhos da Comissão que discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, a PEC da Segurança Pública, Comissão que presido.

Eu quero registrar a grande responsabilidade que o Congresso Nacional tem hoje. O Deputado Delegado Palumbo, que está ali, sabe dessa responsabilidade. Nós vivemos em um dos países mais violentos do mundo, e a sociedade espera de nós, com a PEC da Segurança Pública, um trabalho competente e responsável. Independentemente de viés ideológico e partidário, é muito importante que nós saibamos da grande responsabilidade dessa Comissão, que precisa entregar à sociedade brasileira aquilo por que ela tanto anseia, que é mais segurança pública num dos países mais violentos do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 4/11

186.2025	Sessão Ordinária - CD	16/09/2025-18:52
Publ.: DCD - 17/09/2025 - 164	Sargento Gonçalves-PL -RN	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a participação do Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, na Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Afirmou ainda que o Ministro revelou os interesses do Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) que, em conjunto com o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), elaborou o Plano Pena Justa para beneficiar presos, invocando o “estado de coisas inconstitucional”. Ademais, condenou a ausência de preocupação com a proteção das autoridades policiais, citando o assassinato do Delegado da Polícia Civil por criminosos armados. Por fim, denunciou que o Governo Lula retira até mesmo de policiais da reserva o direito de portar fuzil.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (Bloco/PL - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Ministro da Justiça, Sr. Lewandowski, esteve hoje na Comissão Especial da PEC 18, que eles chamam da PEC da Segurança Pública, e ele deixou muito claros os interesses deste Governo, do Governo do PT, quais interesses eles estão a proteger. Falou sobre o tal do



estado de coisas inconstitucional, Deputado Cabo Gilberto, mas sabe de quem? Dos presos. O plano Pena Justa foi elaborado em conluio pelo Governo do PT, o STF e o CNJ, para beneficiar presos.

Eu queria saber ou questionar o Ministro sobre o estado de coisas inconstitucional na atuação policial. Na mesma semana em que um delegado de Polícia Civil é assassinado à luz do dia por bandidos armados de fuzis, Deputado Alden — tantos policiais sendo vítimas, não têm o direito básico à vida! —, o Governo Federal tira o direito de um policial da reserva de poder portar um fuzil.

Esses são os interesses defendidos pelo Governo do PT.

Documento 5/11

190.2025	Sessão Ordinária - CD	18/09/2025-10:52
Publ.: DCD - 19/09/2025 - 32	Ivan Valente-PSOL -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado classificou como um escândalo institucional a condução da Presidência da Câmara, acusando o Presidente Hugo Motta de ceder a pressões do Centrão ao fascismo bolsonarista. Criticou a rápida entrada em pauta da PEC da blindagem (Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021) e do Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que trata de anistia, poucos dias após a condenação do ex-Presidente Jair Bolsonaro a 27 anos de prisão. Afirmou, ainda, que tais propostas visam proteger Parlamentares investigados. Ademais, citou editoriais de grandes veículos de imprensa que mostram a reação negativa da sociedade, e previu que a anistia será barrada pelo Senado ou pelo Supremo Tribunal Federal. Por fim, defendeu que a Câmara volte a pautas de interesse popular, como a reforma do Imposto de Renda, a PEC da Segurança Pública e o novo Plano Nacional de Educação.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu quero me referir ao dia de ontem, ao horror, ao que aconteceu aqui, à gravidade do enxovalhamento da Câmara dos Deputados pelo Centrão podre, aliado ao fascismo bolsonarista.

E eu quero recordar o Sr. Hugo Motta da sua primeira intervenção como Presidente da Casa. Ele disse, parafraseando Ulysses Guimarães: *"Tenho ódio e nojo da ditadura"*.



Ontem ele pautou a anistia a Bolsonaro, 1 semana depois — nem isso — de este ter sido condenado a 27 anos de prisão com a sua quadrilha. Não deu 1 semana. Este mesmo cidadão disse o seguinte...

Nós tivemos um motim aqui na Câmara exatamente dos fascistas bolsonaristas, que humilharam Hugo Motta — humilharam —, e ele passou pano para eles, não puniu ninguém e ainda pautou a anistia. Na verdade, ele pautou também a PEC da blindagem, que a população lá fora está chamando de PEC da bandidagem, da impunidade total.

E estão aqui as manchetes de hoje dizendo que há 108 Deputados enrolados lá no Supremo Tribunal Federal. Na verdade, talvez, a pior coisa que pode acontecer é se instituir, dentro da Casa, uma organização criminosa e de milicianos. É disso que se trata.

O Sr. Hugo Motta corre o risco de virar um Severino Cavalcanti. Ele está fragilizado. Ele não tem força. Ele cede a tudo quanto é bandidagem desta Casa. Ele deveria prestar contas do seu voto de ódio e nojo à ditadura militar. Não tem condições mais de ocupar esse cargo, depois do que foi feito ontem aqui na Câmara dos Deputados. E eu o desafio a fazer esse debate publicamente com um Deputado de dez mandatos na vida, que luta contra a ditadura de 21 anos. Eu o desafio!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero botar aqui — não tenho tempo para tudo — as manchetes dos grandes jornais de hoje, que não são de esquerda. Está aqui: *Senado tem dever de barrar PEC da blindagem. Com PEC vergonhosa, Câmara chafurda em seu esgoto moral. O coletivo de Deputados Federais é choldra, mas pode chamar de praga. Câmara ofende a sociedade com PEC da blindagem. Estadão: A Câmara esbofeteia o Brasil.*

Isto aqui, na boca do povo, é pouco, é pouco. Eles não ligam para isso. É como se nada tivesse acontecido. É como se nós não tivéssemos vivido uma história real, uma tentativa de golpe.

E mais: acobertar os crimes, tudo foi negociado pelo Centrão para afrontar o Supremo Tribunal Federal, a Justiça brasileira, e chantagear o Governo Lula. É disto que se trata: uma Câmara que quer propor um semipresidencialismo, com essas figuras execráveis no comando do Parlamento brasileiro.

Nós precisamos reagir. A sociedade está reagindo. A anistia não passará no Senado. E mais: se tiver que passar, será barrada no Supremo.

Eu entendo que eles já gastaram a bala da agulha do golpe militar. Pelo contrário, o julgamento de Bolsonaro significou duas grandes questões: o fim da impunidade e o fim da tutela militar sobre o nosso País. Mas o fascismo bolsonarista quer tirá-lo da cadeia. Ele é um espantalho que vai girar porque ele não é o candidato nem do Centrão nem de Tarcísio de Freitas, o bolsonarista que quer se envernizar, e não consegue.



Nós estamos aqui para dizer o seguinte. O povo brasileiro precisa que a Câmara vote agendas positivas, como o Imposto de Renda, como a PEC da Segurança Pública, como o Plano Nacional de Educação. Isso é que interessa ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. Bloco/MDB - MA) - Peço que conclua, Deputado, porque há outros Deputados para falar, e vamos começar a Ordem do Dia.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP) - Então, Presidente, eu queria dizer o seguinte. Nós estamos na resistência. Os democratas, os socialistas vão condenar quem votou a favor disso, da PEC da blindagem, da PEC da bandidagem, da anistia para Bolsonaro — que não vai passar —, e quem vai liberar o criminoso, o bandido, o Líder da Minoria que está no exterior, o Eduardo "Bananinha".

Viva a democracia brasileira!

Documento 6/11

195.2025	Sessão Ordinária - CD	23/09/2025-15:56
Publ.: DCD - 24/09/2025 - 85	Coronel Assis-UNIÃO -MT	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o discurso do Presidente Lula na Organização das Nações Unidas (ONU), considerando contraditório falar em soberania enquanto o País está entregue a facções criminosas que dominam territórios, exploram recursos e impõem leis próprias à população. Afirmou que o Presidente se equivoca ao negar a equiparação entre facções e terrorismo e que vive distante da realidade enfrentada em comunidades controladas pelo crime organizado. Ao final, ressaltou que a segurança pública é o maior problema do Brasil e condenou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública, por ser centralizadora, retirar poder dos Estados e não enfrentar a criminalidade.

O SR. CORONEL ASSIS (Bloco/UNIÃO - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje tivemos o pronunciamento de um líder de Estado, um líder do País, representando o Brasil na ONU.



O que nos deixa atônitos, Sr. Presidente, é justamente uma pessoa dirigir-se ao mundo para falar de soberania, enquanto o próprio País está entregue às facções criminosas, às organizações criminosas. Elas dominam territórios e ali estabelecem a própria lei. Mais do que isso, exploram os recursos ilícitos e os recursos lícitos dentro desse território, que pode ser, sim, dominado através de barreiras físicas, de homens armados com fuzis, com armas de guerra, ou pode ser dominado de forma oculta, através da força da facção criminosa, que impõe suas leis, suas normas, fazendo com que um comerciante pague e viva sob esse jugo maléfico. E aí vem o Presidente da República afirmar, na Organização das Nações Unidas, que nós não podemos confundir a ação desse tipo de criminoso com terrorismo.

Sr. Presidente, talvez ele viva em uma redoma no Distrito Federal. Se nós formos a qualquer comunidade que hoje seja dominada por uma facção criminosa, por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro, nós vamos constatar uma realidade totalmente diferenciada do que essa pessoa esbraveja ao mundo. Ele mente para o mundo. Com certeza, segurança pública é um dos maiores, senão o maior problema hoje enfrentado pelo povo brasileiro.

E digo mais. O Governo mandou para esta Casa uma PEC cujo texto, na verdade, não enfrenta esse tipo de marginal, a esse tipo de criminoso, a esse camarada que, além de tudo, pretende dominar o Estado brasileiro através da força, através do fuzil, através da exploração do mais pobre. Eles não fazem nada, a não ser uma PEC centralizadora que busca retirar o poder dos Estados e centralizá-lo no Governo Central, o qual não tem compromisso com a segurança pública no País.

Aqui fica o nosso registro. Peço a V.Exa., Presidente, que divulgue o nosso protesto nos meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

Documento 7/11

197.2025	Sessão Ordinária - CD	24/09/2025-16:48
Publ.: DCD - 25/09/2025 - 106	Ivan Valente-PSOL -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado comentou a derrota da chamada PEC da blindagem no Senado, rejeitada por unanimidade, e classificou o resultado como um recado ao Centrão e ao bolsonarismo. Além disso, criticou a declaração do Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que afirmou que a proposta “já morreu”, lembrando episódios que revelaram desconexão do Governador com a



realidade, como o apoio ao tarifaço e a defesa de anistia ampla. Também criticou a extrema direita, mencionando processos que podem atingir aliados de Bolsonaro. Destacou ainda que a prioridade deveria ser votar o Imposto de Renda, o fim da escala 6x1, a PEC da Segurança Pública e o Plano Nacional de Educação, pautas que considerou de interesse direto da população.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a derrota da PEC da blindagem no Senado foi de 27 a zero — unânime! Foi um tapa na cara do Centrão e do bolsonarismo.

Mas eu queria me referir particularmente à entrevista dada agora há pouco pelo Governador de São Paulo. Tarcísio de Freitas falou de quem votou nessa PEC, e incluem-se aí todos, o PL inteiro, praticamente o Centrão inteiro. Logicamente, é a aliança espúria do Centrão com a extrema direita. Ele disse que, na verdade, a PEC da blindagem já morreu — morte matada. Mais do que isso, ele vê aí uma imensa desconexão com o sentimento popular, que viu o crime organizado entrando aqui na Casa. Liberou geral para assassinato, corrupção, fraude de emendas, o que for, até pedofilia e racismo. E vocês votaram em massa e comemoraram.

O Governador de São Paulo deveria também lembrar que ele está desconectado há muito tempo: quando botou o boné do Maga, depois da intervenção americana no Brasil; quando tentou botar a culpa do tarifaço no Lula e apoiou o tarifaço, sendo que 31% das exportações são de São Paulo; mais do que isso, ele veio aqui defender a anistia fajuta, ampla, geral e irrestrita; depois, ele foi lá à Paulista dizer que havia uma tirania no Supremo Tribunal Federal.

Ele está quieto, Deputado Pedro Uczai, há uns 20 dias já, e hoje deu essa declaração de quem é racional.

O bolsonarismo está desarvorado e desesperado. Depois das pauladas que o "Bananinha" tomou ontem, ele não vai ser Líder, ele vai ser processado no Conselho de Ética, ele vai para a Interpol, e vai haver preventiva dele no Supremo. Ele não volta mais para o Brasil.

A verdade é a seguinte: nós estamos vivendo este momento em que o povo brasileiro, indignado, mostrou o caminho. E não existe *fake news* que vai dar jeito nessa questão. Temos que votar logo a isenção do Imposto de Renda, o fim da escala 6 por 1, contra este tipo de sacanagem com o povo brasileiro, a PEC da Segurança Pública, o Plano Nacional de Educação. Isso interessa ao povo brasileiro.

É por isso que hoje eles estão tão murchos. Eles estão bravos ainda, porque não querem votar a dosimetria, que não vai dar em nada, pois é tudo inconstitucional, e o povo ligou as duas coisas.

Por isso, Seu Bolsonaro vai passar 27 anos...



(Desligamento do microfone.)

Documento 8/11

203.2025	Sessão Ordinária - CD	30/09/2025-17:48
Publ.: - -	Coronel Assis-UNIÃO -MT	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado afirmou que a Câmara avançava no combate à impunidade ao votar projetos voltados à segurança pública. Ressaltou que o Brasil enfrenta uma violência endêmica, com facções criminosas expandindo sua atuação em todas as regiões, explorando tanto atividades ilícitas quanto recursos legais. Ademais, criticou o texto original da PEC da Segurança Pública enviado pelo Governo Federal, classificando-o como autocrático, e defendeu ajustes para que a proposta seja efetiva no enfrentamento ao crime organizado. Enfatizou que, além de novas tipificações penais, é essencial estabelecer um marco constitucional que diferencie o tratamento desses criminosos.

O SR. CORONEL ASSIS (Bloco/UNIÃO - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, realmente, hoje esta Casa avança no tocante ao combate à impunidade.

Nós sabemos que o Brasil hoje passa por uma verdadeira violência endêmica no momento em que as facções criminosas avançam sobremaneira, entrando em todos os territórios de norte a sul, de leste a oeste. E eles estão explorando não só os recursos ilícitos, Sr. Presidente, como também os recursos lícitos.

Imperioso se faz que essa PEC da Segurança Pública, que veio com um texto totalmente autocrático lá do Governo Federal, nós possamos, sim, corrigir para colocá-la realmente no trilho para que a gente possa fazer frente a essas organizações criminosas.

A Câmara hoje dá um passo, tendo matérias e capitulando novos crimes que realmente vão dar um certo impacto. Mas nada disso vai ter efeito se não tivermos um chapéu constitucional para tratar de forma diferenciada esses criminosos no âmbito penal, processual penal e nas execuções penais.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 9/11



203.2025

Sessão Ordinária - CD

30/09/2025-16:24

Publ.: DCD - 01/10/2025 - 90

Wilson Santiago-REPUBLICANOS -PB

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Alertou que, embora os índices de criminalidade tenham caído, o Brasil ainda clama por mais tranquilidade. Destacou que a PEC respeita a competência dos Estados e prevê a unificação do Fundo Nacional de Segurança Pública, ampliando a capacidade de apoio em todo o País. Ademais, elogiou o Governo Lula pela iniciativa e por favorecer melhores condições de atuação das polícias dentro de suas competências. Ao final, pediu apoio à PEC que promoverá significativa contribuição à segurança pública da população.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos que continuar a discussão, inclusive na Comissão Especial, no que se refere a esse debate da PEC da Segurança Pública.

Todos nós sabemos que o Brasil clama, a cada dia, por segurança pública, mesmo tendo diminuído os índices de criminalidade no País inteiro, chegando, em alguns dos crimes, a registrar uma queda de até 28%. Mas é necessário que tenhamos condições de nos debruçar sobre esse assunto e dar mais tranquilidade a toda a população brasileira no que se refere à segurança pública.

Essa PEC da Segurança Pública, Sr. Presidente, veio em boa hora, primeiro, por não adentrar a competência dos Estados, respeitando as competências de cada uma das unidades da Federação; e, segundo, por possibilitar, com a unificação do Fundo Nacional de Segurança Pública, que haja condições de contribuir com todos esses temas, com todos esses assuntos espalhados pelo Brasil inteiro.

O Presidente da República e o Governo Federal estão, sim, de parabéns com a iniciativa dessa PEC, porque ela não só dará mais tranquilidade ao povo brasileiro, como também proporcionará melhores condições para que as polícias integralizadas — Polícia Civil, Polícia Penal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Polícia Militar — trabalhem todas com o mesmo objetivo, cada uma dentro de suas competências, e com condições de oferecer segurança ao cidadão e à cidadã brasileira.

Temos que discutir esse assunto ainda mais. Temos que, de fato, não só apoiar



essa iniciativa, como também apostar que tudo dará certo. Ao fazer isso, estaremos dando uma contribuição muito grande à segurança do cidadão e também à segurança de todos aqueles que clamam por segurança pública no Brasil inteiro.

Portanto, Sr. Presidente, este relato que fizemos e resumimos no dia de hoje será registrado nos *Anais* desta Casa. Que V. Exa., como Presidente da sessão, dê publicidade a tudo isso por todos os meios de comunicação, para que o Brasil tome conhecimento daquilo que está sendo feito de positivo para o cidadão brasileiro, no que diz respeito à segurança pública, à segurança do cidadão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exa.

Documento 10/11

203.2025	Sessão Ordinária - CD	30/09/2025-17:44
Publ.: DCD - 01/10/2025 - 129	Talíria Petrone-PSOL -RJ	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada destacou a relevância do debate sobre segurança pública e defendeu que o tema seja tratado com responsabilidade, urgência e cautela. Além disso, ressaltou a importância da apresentação da PEC da segurança pública pelo Governo Federal e criticou a fragmentação do Código Penal, agravada por sucessivos aumentos de pena e criação de tipos penais sem critérios claros. Nesse sentido, alertou para o risco de reforçar o chamado populismo penal e defendeu maior atenção ao mérito dos projetos. Ademais, elogiou o Projeto de Lei nº 4.498, de 2025, que prevê integração entre órgãos de controle e fiscalização para atingir financeiramente organizações criminosas, medida que mostrou eficácia em operações contra o PCC.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Quero apenas dizer que, sem dúvida, o tema da segurança pública é um dos mais importantes sobre o qual o Parlamento deve se debruçar. Numa cidade, o sentimento de segurança e, de fato, o acesso ao direito à segurança mexem demais com o cotidiano da vida da população. Então, cada vez se torna mais imperativo que nós olhemos para esse tema com responsabilidade, com urgência e com cautela também.

Por isso, quero ressaltar, por um lado, a importância de o Governo mandar para cá uma medida estrutural para tratar da segurança pública, que é a PEC da



segurança pública.

Sobre os projetos tratados aqui, a primeira consideração é que, nos últimos anos, nós votamos a criação de tipos penais, o aumento de penas — não sei se vou conseguir concluir em 1 minuto, Presidente, mas, como não vou pedir o tempo de Líder, eu queria um pouco de tolerância —, inclusive sem respeitar a lógica de dosimetria do Código Penal. Se você olha para o Código Penal hoje, vê que, hoje, há crimes mais graves com penas, às vezes, mais baixas que crimes menos graves. Portanto, virou uma colcha de retalhos.

Eu acho que alguns projetos cuja urgência nós votamos seguem esse caminho, e, no mérito, nós precisaremos ter esse cuidado, para não capitular a lógica do populismo penal, que é essa lógica de aumento de pena sem pensar bem qual é o tipo de crime.

A segunda consideração que quero fazer, Presidente, é um elogio em especial a um projeto, o Projeto de Lei nº 4.498, que estabelece mecanismos de colaboração entre os órgãos de fiscalização e controle — Receita Federal, Coaf, Cade, Banco Central, Ministério Público —, o que nos permite, aí sim, atacar a raiz das organizações criminosas, porque permite que se persiga o dinheiro, como aconteceu na última operação que atingiu o PCC, que se persigam as operações que vão de fato até o dinheiro das organizações criminosas e por isso conseguem ao final ter um êxito muito maior do que a lógica "agitativa" de aumento...

(Desligamento do microfone.)

Documento 11/11

203.2025

Sessão Ordinária - 30/09/2025-13:55
CD

Publ.: DCD - 01/10/2025 - Wilson Santiago-REPUBLICANOS -PB
173

ENCERRAMENTO DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a redução de 11% nas mortes violentas intencionais no Brasil, alcançando o menor patamar desde 2012, mas expressou preocupação com a baixa queda do feminicídio (1,86%), atribuída à falta de delegacias da mulher. Elogiou a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, PEC da Segurança Pública, do Governo Federal, que visa reestruturar a segurança pública através de um Sistema Único, fortalecendo a coordenação da União e ampliando as competências policiais. Destacou que a PEC busca integrar todas as forças policiais e apoiar Estados e Municípios sem intervir em sua autonomia, além de prever fundos nacionais e expandir o papel da Polícia



Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Por fim, reivindicou a padronização salarial para todos os policiais, concluindo que a PEC é um passo decisivo e histórico para melhorar a segurança pública no País.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

DISCURSO DE WILSON SANTIAGO SOBRE A PEC DA SEGURANÇA PÚBLICA

O Deputado **WILSON SANTIAGO** (REPUBLICANOS-PB) pronuncia o seguinte discurso:

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

O índice de mortes violentas intencionais no Brasil apresentou queda de 11 por cento, em comparação com o ano anterior, atingindo o menor patamar desde 2012; e, em cinco anos, o País registrou uma queda acumulada de 28 por cento no número de mortes violentas. Apesar dessa significativa redução nacional do índice de violência, ainda é preciso melhorar a segurança pública, já que, a queda dos indicadores de feminicídio, por exemplo, não acompanha o mesmo volume de diminuição apresentado no cômputo geral do índice de violência, tendo caído apenas 1,86 por cento.

Embora não se possa negar que essa



diminuição dos atentados à segurança da mulher seja, de certa forma, um progresso, devemos reconhecer que ainda temos muito a melhorar para a redução do feminicídio. Isso tem ocorrido principalmente pela falta de delegacias da mulher em muitas cidades, o que dificulta o acesso das vítimas aos serviços de proteção.

Além de tudo, no aspecto geral da violência, é preciso que a população confie mais na polícia para combater a criminalidade.

Nesse sentido, é que vemos como promissora a PEC nº 18, de 2025 (chamada de PEC da Segurança Pública), encaminhada pelo Governo Federal à Câmara dos Deputados, e que já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, e que agora se encontra em Comissão Especial para analisá-la. Essa PEC busca reestruturar o sistema de segurança pública do País, baseando-se em três eixos principais: a constitucionalização de um Sistema Único de Segurança Pública, o fortalecimento da coordenação da União e a ampliação das competências dos órgãos de policiamento.

A proposta do Governo Lula aponta para uma evolução normativa coerente com os princípios do Estado democrático de direito. Apesar de a PEC nº 18, de 2025, estabelecer que a coordenação do sistema de segurança pública ficará a cargo da União, os estados e



municípios continuarão responsáveis pelo comando e gestão de suas forças de segurança. Ou seja, com essa PEC, a União não quer usurpar a função dos estados e municípios brasileiros, ao contrário, a proposta visa apoiar os estados no enfrentamento ao crime organizado, sem interferir nas suas autonomias.

A iniciativa representa uma ação inédita do Governo Federal na área de segurança pública, possibilitando o que nosso mandato defende há muito tempo, qual seja, integralizar todas as polícias do país para que, assim, em uma ação coordenada, possa haver maior sucesso no combate à criminalidade. Pois, sem integração geral das polícias federais, rodoviárias, civis, militares, penitenciárias e municipais, torna-se difícil esse combate.

Isso se torna necessário mormente devido ao fato de que, na atualidade, as organizações criminosas e as milícias privadas vêm diversificando suas atividades ilícitas e ampliando seu espaço de atuação, a ponto de representar uma ameaça à segurança pública em âmbito nacional. Nesse caso, a Polícia Federal passará a investigar as organizações criminosas e as milícias com repercussão interestadual ou internacional e os crimes ambientais.

A PEC nº 18, de 2025, compreenderá



uma ação coordenada de um Sistema Único de Segurança Pública e defesa social, integrando todos os órgãos, compreendendo, inclusive, o sistema penitenciário, para o qual a União terá competência para legislar, e facultará que os municípios possam constituir guardas municipais, com policiamento ostensivo, comunitário e municipal. Esse fato é muito importante, visto que eu acredito muito no policiamento municipal e na proximidade da guarda civil com o cidadão de bem, com a população que precisa desse serviço.

Também de acordo com o texto da PEC nº 18, de 2025, a Polícia Rodoviária Federal ficará responsável pelo policiamento ostensivo não só de rodovias, mas também de ferrovias e hidrovias sob o domínio da União, além de poder apoiar as forças estaduais sempre que for solicitada pelos governadores.

Outro detalhe importante é que essa PEC prescreve que a União instituirá o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Penitenciário Nacional, visando garantir recursos para apoiar projetos, atividades e ações nessas áreas.

Mas não posso deixar aqui de reivindicar a padronização do salário de todos os policiais em todo o território nacional, desde o policial municipal, passando pelos policiais estaduais e até os policiais federais e rodoviários. Até mesmo porque, sem o estímulo



necessário não há garantia de bons serviços, sem a remuneração idêntica para todos ocorre a insegurança na prestação do policiamento, principalmente com relação ao necessário padrão de vida da família do policial e da necessidade de se evitar que o crime pratique a tentativa do suborno que compromete a correta dedicação ao combate à criminalidade.

Assim, pelo que acabei de expor neste discurso, é por esses motivos que parabenizo a iniciativa do Governo Federal como um passo decisivo para melhorar a segurança pública. Ao buscar um equilíbrio entre coordenação nacional e autonomia local, a segurança pública passa a ser, cada vez mais, uma responsabilidade partilhada, dotada de institucionalidade, planejamento e controle.

Esse é um ato histórico para o Brasil.

Muito Obrigado!